



Dissonância

revista de teoria crítica

ISSN: 2594-5025

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Estadual de Campinas

www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica

Título	A (des)construção histórico-filosófica de Enrique Dussel: Resenha de <i>Política da libertação 1: História mundial e crítica</i> (2014), de Enrique Dussel
Autoria	Leonardo Nunes e Robson Gabioneta
Fonte	<i>Dissonância: Revista de Teoria Crítica</i> , v. 4, Dossiê Teoria Decolonial e Teoria Crítica, Campinas, 2020
Link	https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica/article/view/3994

Formato de citação sugerido:

NUNES, Leonardo; GABIONETA, Robson. “A (des)construção histórico-filosófica de Enrique Dussel: Resenha de *Política da libertação 1: História mundial e crítica* (2014), de Enrique Dussel”. *Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, v. 4, Dossiê Teoria Decolonial e Teoria Crítica, Campinas, 2020, p. 378–387.

POLÍTICA DA LIBERTAÇÃO

A (des)construção histórico-filosófica
de Enrique Dussel

Leonardo Dias Nunes,^{*}
Robson Gabioneta^{**}

Resenha de *Política da libertação 1: História mundial e crítica*, de Enrique Dussel (tradução de Paulo César Carbonari et al. 1ª ed. Passo Fundo: IFIBE, 2014 [2007], 595p.).

Foi traduzido para o português o primeiro volume da obra *Política da libertação 1: História mundial e crítica* escrita pelo filósofo argentino Enrique Dussel. A publicação é de setembro de 2014 e foi realizada pelo *Instituto Superior de Filosofia Berthier (IFIBE)*. O primeiro volume foi originalmente publicado em espanhol no ano 2007; já o segundo, intitulado *Política de la liberación, vol. II: Arquitectónica*, foi publicado em 2009 e ainda carece de tradução para o português. Esta publicação ganha destaque no cenário intelectual brasileiro por difundir o pensamento filosófico de Enrique Dussel, tarefa iniciada, por exemplo, pelo livro

^{*} Doutor em História Econômica pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (contato: leonardodiasnunes@hotmail.com).

^{**} Doutorando na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (contato: robsongabioneta@yahoo.com.br).

de Pansarelli¹ e o livro organizado por Brambilla e Piza.² No primeiro, foi exposto como o instrumento analítico desenvolvido por Dussel reflete criticamente sobre a realidade contemporânea, já o segundo discute a potencialidade da *práxis da libertação* em uma realidade permeada pelo cinismo.

Esta resenha busca publicizar uma das muitas obras do autor.³ Em *Política da libertação*, Dussel realiza uma história política mundial muito mais complexa do que aquela que propõe o milagre grego e sua suposta continuidade histórica. Dussel apresenta autores que escrevem em espanhol e em português, colocando-os no patamar de igualdade com outros conhecidos autores europeus. Desta forma, o filósofo argentino vai além de mostrar a importância dos autores de origem ibérica, realçando a necessidade da realização de um diálogo destes com os já conhecidos autores do norte da Europa.

Para Ballestrin,⁴ Enrique Dussel se insere numa longa tradição de crítica ao colonialismo que tem suas origens entre as

¹ PANSARELLI, D. *Filosofia latino-americana a partir de Enrique Dussel*. São Bernardo do Campo: EdUFABC, 2015.

² BRAMBILLA, B. B.; PIZA, S. (orgs.). *Subjetividade e ética na América Latina ou cinismo e a potencialidade da práxis da libertação*. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2016.

³ Enrique Dussel tem uma produção intelectual vastíssima nas áreas de filosofia política e teologia. A obra que está sendo resenhada faz parte de sua produção de maturidade, momento em que os aspectos históricos, éticos e políticos da *filosofia da libertação* são apresentados de forma organizada enquanto um sistema analítico. Dentre os trabalhos de teologia, destacam-se os dez tomos da coleção *História da Igreja na América Latina*. Já no que tange aos fundamentos históricos de sua filosofia política, destaca-se o livro *1492: O encobrimento do outro*, obra na qual o autor apresenta a origem do ‘mito da modernidade’, um pressuposto do livro *Política da libertação 1: História mundial e crítica*. Outro ramo da produção intelectual de Dussel está nos comentários aos textos de Karl Marx, em especial, na obra *Las metáforas teológicas de Marx* em que apresenta as influências judaicas deste autor. Seus livros, artigos, aulas e conferências podem ser encontrados no website <https://enriquedussel.com/>.

décadas de 1940 e 1960 com Aimé Césaire, Albert Memmi, Frantz Fanon e, posteriormente, Edward Said. Já na década de 1970, somou-se a esse grupo o indiano Ranajit Guha. E, na década de 1990, este círculo intelectual passou a contar com o *Grupo Modernidade-Colonialidade*, sediado nos Estados Unidos e representado por seu principal nome, Aníbal Quijano.

Ainda situando a tradição crítica à qual Dussel faz parte, também deve ser destacado o encontro ocorrido na Universidade Central de Venezuela, em 1998, momento no qual reuniram-se pela primeira vez Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter D'Almeida, Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Fernando Coronil. Como resultado deste encontro, no ano 2000, foi lançada a relevante publicação coletiva do *Grupo Modernidade-Colonialidade: La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales*.⁵

Inserido neste contexto intelectual, Enrique Dussel é uma referência que desmascara as estratégias de dominação históricas, políticas e epistemológicas das nações do norte da Europa e dos Estados Unidos. O estudo deste filósofo possibilita uma abertura da imaginação política aos leitores das nações dominadas.⁶

⁴ BALLESTRIN, L. “América Latina e o giro decolonial”. *Revista Brasileira de Ciência Política* 11, p. 89–117, 2013, p. 92.

⁵ Id.: 97. Conforme Ballestrin, as reuniões do grupo também tiveram a participação dos seguintes autores: Javier Sanjinés, Catherine Walsh, Nelson Maldonado-Torres, José David Saldívar, Lewis Gordon, Boaventura de Sousa Santos, Margarita Cervantes de Salazar, Líbia Grueso e Marcelo Fernández Osco. Outros estudiosos associados ao grupo são Jorge Sanjinés, Ana Margarita Cervantes-Rodríguez, Linda Alcoff, Eduardo Mendieta, Elina Vuola, Marisa Belausteguigoitia e Cristina Rojas (id.: 97–98). A autora também destaca a ausência de pesquisadores brasileiros no grupo.

⁶ Miglievich-Ribeiro e Romera observam a construção de um diálogo entre Darcy Ribeiro e Enrique Dussel (MIGLIEVICH-RIBEIRO, A.; ROMERA, E. “Orientações para uma descolonização do conhecimento: Um diálogo entre Darcy Ribeiro e Enrique Dussel”. *Sociologias* 47, p. 108–137, 2018). Os autores mostram que o filósofo argentino cita

Devido a estes fatores, contemporaneamente, o conhecimento da obra de Dussel é relevante para os estudantes dos cursos de ciências sociais, história, filosofia e para todas e todos que buscam repensar a atual estrutura universitária.

No prólogo do livro, Enrique Dussel lança o objetivo de *des-truir, des-estruturar* os limites do helenocentrismo, do ocidentalismo, do eurocentrismo, do secularismo e do colonialismo teórico e mental. Isto é, propõe superar uma determinada periodização da história que não inclui a América Latina na Modernidade desde as suas origens.⁷

No primeiro capítulo, “Localização do lugar crítico-político nos sistemas regionais anteriores a 1492”, Dussel apresenta a história de um mundo cujo centro político, comercial e ideológico ainda não girava em torno da Europa, num momento em que o continente europeu ainda era periférico. Ele o faz a partir da reconstituição do desenvolvimento de sistemas políticos anteriores ao europeu, dos quais destacamos cinco pontos.

Primeiro, o importante conceito de *justiça* – celebrado por muitos autores como uma invenção grega – é resgatado pelo autor e já tem sua origem localizada nos textos jurídicos da Mesopotâmia (2404 a 2375 a.C.), no código de Shulgi (2094 a 2047 a.C.) e no código de Hammurabi (1792 a 1750 a.C.). Em seguida está a importância atribuída pelo autor aos impérios chi-

o antropólogo brasileiro para lançar proposições sobre a necessidade de uma teoria não eurocêntrica para a explicação da América Latina.

⁷ No início do prólogo, Dussel explicita que usou o termo *des-truir* próximo a Heidegger e contra Derrida. Na primeira nota de rodapé o autor explica que realizou este desenvolvimento conceitual em: DUSSEL, E. *Para uma des-trucción de la historia de la ética*. Mendoza: Ser y Tiempo, 1973.

nês e egípcio, já que o primeiro, graças a uma complexa organização para guerra, foi o Estado com a maior continuidade da história, e é no segundo que se encontra o desenvolvimento dos conceitos *juízo da humanidade* e *igualdade política* a partir da divisão do cosmos (p. 31–32). Em terceiro lugar, Dussel destaca que as filosofias políticas dos impérios Inca, Asteca e Maia conseguiram uma evolução análoga a dos impérios egípcio e chinês, de tal modo que o Império Asteca possuía a capacidade de incorporar as culturas dos povos conquistados, o Império Inca possuía uma complexa divisão de trabalho na organização política, ao passo que o Império Maia contava com uma complexa estrutura de guerra.

Um quarto aspecto em destaque no capítulo inicial do livro é o fato de que diversos avanços analíticos precederam os avanços ocorridos na Europa: a Índia (322 a.C.), antes da Europa, já havia produzido uma ontologia da subjetividade e o conceito de *estado de natureza*. O Irã (349 a.C.) já havia produzido o *zoroastrismo* e depois o *maniqueísmo* que vieram a influenciar o Império Romano e o cristianismo. Os fenícios (5.000 a.C.) desenvolveram uma arte da navegação que influenciou os egípcios, cretenses, persas, gregos e romanos e, além disso, criaram um sistema político que influenciou Veneza que, por sua vez, ofereceu o modelo político para a Inglaterra.

Em quinto lugar, Dussel apresenta a apropriação de fundamentos filosóficos do Império Islâmico (622 d.C.) pelos europeus. Dentre os pensadores deste império, Dussel destaca o filósofo político Abu Nasr al-Farabi (cerca de 870 a 950 d.C.), que trouxe temas que futuramente iriam aparecer nos filósofos modernos,

tais como *estado de natureza*, *lei natural* e *contrato*. Para ele, era preciso salvar toda a humanidade, daí a justificativa da “guerra santa” contra os “infiéis” (p. 108). Este raciocínio foi apropriado pelos europeus que o utilizaram como fundamento para a invasão das Américas (p. 114).

Ao fim do primeiro capítulo, Dussel se fundamenta na obra de Randall Colins, *The Sociology of Philosophies*,⁸ para apresentar uma hipótese dos quatro possíveis fatores formadores da filosofia política da Europa moderna. Primeiro, a influência do lema *ora et labora* (ore e trabalhe) do monacato beneditino. Segundo, a reunificação realizada pelo Império Franco e seus inimigos. Terceiro, a manutenção da monarquia realizada pelo Papado. Quarto, a reelaboração dos conceitos bíblicos, em especial a ideia de Deus, realizada pelas universidades medievais.

No segundo capítulo, “Localização do lugar crítico-político na ‘Modernidade Nascente’ (desde 1492)”, Dussel defende a tese de que a Europa se tornou o centro do mundo há duzentos anos e não quinhentos, como se costuma propor. Foi devido ao roubo da prata das Américas que Espanha e Portugal tiveram acesso ao mercado organizado pela China, Estado mais rico do mundo entre os séculos XV e XVIII.⁹ Consequentemente, os mercadores da Península Ibérica tornaram-se os intermediários entre dois

⁸ COLLINS, Randall. *The Sociology of Philosophies: A Global Theory of Intellectual Change*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2000.

⁹ Assim, afirma Dussel: “A ‘Escola’ naval do príncipe português Henrique (1393–1460), chamado o ‘Navegante’ (que hoje sabemos usou mapas chineses procedentes do comércio veneziano, de maneira que os chamados ‘descobrimientos’, na realidade, foram ‘reconhecimentos’ do que estava indicado na cartografia chinesa), tinha excelentes cartógrafos, astrônomos, técnicos na fabricação de barcos (a ‘caravela’ é uma invenção de Portugal, 1441) e marinheiros experimentados [...] e cientistas [...]” (p. 255).

mundos a partir do fim do século XV. Entretanto, foi apenas com a Revolução Industrial e com a Revolução Francesa que a dominação ideológica europeia se iniciou, sendo consolidada apenas após 1989, com a queda do Muro de Berlim (p. 145). Com reconstituições desta natureza, Dussel mostra como a historiografia eurocêntrica não leva em consideração a totalidade da história mundial.

Para o autor, o ocidente e a modernidade que conhecemos só foram possíveis com a negação e o extermínio do indígena e do africano. Para que esta ação pudesse ser legitimada, foi produzida uma inversão na teoria do direito e da guerra para justificar o massacre realizado contra os povos que nunca haviam atacado o território europeu (p. 210).¹⁰ Dussel recorre a Bartolomé de Las Casas (1474–1566) para apresentar a primeira crítica filosófica realizada ao sistema de escravidão agenciado pela Europa.¹¹ Segundo Las Casas, europeus e não-europeus possuíam a mesma pretensão de universalidade. Sendo assim, era entendido como má-fé tirar esta pretensão do outro sem ao menos tentar convencê-lo (p. 218–220).

Se, por um lado, Las Casas criticava esta realidade, por outro, outros autores justificavam a ação dos Estados europeus através da criação de novos consensos como o de *pertencimento* e o de *transferência de poder a uma autoridade*. Embora esses

¹⁰ De acordo com o autor, os europeus produziram o seguinte silogismo tautológico: a) nós temos regras da razão; b) o outro não tem nossas regras, logo ele é bárbaro; c) o bárbaro não tem direitos e é um perigo para nossa civilização; d) o perigo deve ser eliminado (p. 211).

¹¹ Além de Las Casas, Dussel aponta outros autores que também criticaram a colonização, tais como Ginés de Sepúlveda, Francisco Vitoria, Felipe Guamán Poma de Ayala e Francisco Suárez.

consensos tenham sido apresentados por Rousseau (1712–1778) e Locke (1632–1704), Dussel destaca que Suarez (1548–1617) já havia refletido sobre eles anteriormente.¹²

Ao terminar o capítulo, Dussel critica as principais ideias dos teóricos do norte da Europa que pensaram um Estado para a perpetuação da guerra através da manutenção do monopólio da violência, como era o caso de Hobbes (1588–1679), Spinoza (1632–1677) e Adam Smith (1723–1790). Em Hobbes, o único jeito para impedir a guerra entre os homens se daria mediante a entrega do poder de violência de cada um ao Estado; em Spinoza, que apresentava o mercado como o elemento fundante da sociedade, caberia ao Estado a garantia de cumprimento os contratos; em Adam Smith, autor que concordava com Spinoza, o Estado deveria usar o exército contra as revoltas populares.

No terceiro capítulo, “O discurso político da ‘Modernidade madura’”, Dussel apresenta a filosofia que sustentou os Estados após o século XIX. Assim como fez no capítulo anterior, o autor retoma a crítica a alguns filósofos. Entre eles Rousseau, que propôs a construção de instituições que servissem para a criação de consensos orientados para o cumprimento da vontade geral. Entre os filósofos alemães, destacou que Kant (1724–1804) justificava o sofrimento de alguns em favor do progresso e que só havia *direito* no estado civil e não no estado de natureza, onde não havia lei; já Fichte (1772–1814) defendia que o governo ale-

¹² A obra *Disputationes Metaphysicae* de Suárez teve dezenove edições entre 1597 e 1751, influenciando Descartes, Spinoza, Leibniz, Vico, Christian Wolff, Kant, Schopenhauer e Heidegger, entre outros. Suárez também afirmava que a comunidade poderia recuperar o poder com todo o direito caso o representante não a representasse.

mão precisava se proteger do capitalismo inglês, uma vez que o livre comércio dificultava o desenvolvimento de tecnologias na Alemanha (p. 396); mostrou também que Hegel (1770–1831) percebeu a contradição inerente ao capitalismo de que a constante criação de riqueza também criava pobreza. Desta forma, era preciso colocar tal pobreza nas colônias, fora da Europa, fazendo com que o operário na metrópole fosse como o aristocrata da colônia (p. 401–411). Por fim, mostrou que Marx (1818–1883) explicitou o surgimento das atividades do Estado burguês, tais como navegação, colonização, comércio, produção e organização administrativa (p. 419–429). Ao escrever sobre Marx, Dussel diz que se inspirou neste autor para estabelecer os objetivos de libertação dos oprimidos e da realização da justiça, objetivos que só seriam alcançados quando os oprimidos se organizassem enquanto povo para agir politicamente (nota 1281, p. 429).

Diante de sua compreensão da história, Dussel apresenta elementos que auxiliam no projeto de criação da filosofia da libertação latino-americana, pois a verdadeira face da modernidade só pode ser vista na América colonial, caracterizada pela formação de uma elite crioula cooptada pelos paradigmas racista e sexista dos colonizadores, e que lidera e pressiona a população local a produzir riquezas na colônia para a metrópole.

Com este raciocínio historicamente fundamentado, Dussel apresenta os momentos de resistência da América Latina que podem auxiliar na construção de uma política libertária, a saber: a *Revolução Cubana* de 1959, a *Unidade Popular* ocorrida no Chile de Salvador Allende entre os anos de 1970 e 1973, a *Revolução Sandinista* ocorrida entre 1979 e 1990 e a *Revolução Zapa-*

tista em desenvolvimento desde 1994. Como o próprio autor afirma, a política da libertação aprende com a posterior análise dos erros e das limitações dos movimentos de resistência.

Por isso, na conclusão, “Sentido da construção histórica”, Dussel deixa claro que a filosofia política necessita de um *giro descolonizador*, pois os criadores das filosofias políticas eurocêntricas não têm como principal objeto de análise a América Latina, não veem a relevância deste continente no processo histórico da construção da modernidade e, por fim, não querem realmente transformar a realidade política, econômica e social dos habitantes desta região do globo.

A obra do filósofo argentino é extensa e profunda. Por um lado, é uma contundente crítica aos sistemas políticos e à historiografia eurocêntricos, às instituições de ensino e aos docentes que professam limitadas interpretações da história destes sistemas políticos. Por outro, suas críticas renovam o ambiente acadêmico com uma interpretação que certamente traz novas inquietações para este meio. O próprio autor afirma que a *Política da libertação 1: História mundial e crítica* é um projeto de pesquisa que ainda deverá ser desenvolvido por gerações vindouras de pesquisadoras e pesquisadores.

Recebido em 12/04/2019

Aprovado em 05/08/2019